



Pronomes nulos e referência no português afro-brasileiro

Daniel Carvalho (UFBA)

Dorothy Brito (UFRPE)

RESUMO: O objetivo principal deste trabalho é descrever a estrutura do pronominal nulo *pro* em contextos de concordância de primeira pessoa do singular não marcada no português brasileiro (PB) encontrada em dados do português afro-brasileiro coletados nas comunidades de Helvécia, Bahia e Muquém, Alagoas. Procuramos relacionar a estrutura de *pro* ao mecanismo de licenciamento que torna possível que, ainda que a morfologia de primeira pessoa do singular não esteja presente na flexão verbal, esta seja a referência recuperada por *pro*, uma vez que, segundo Rizzi (1986), *pro* deve ser identificado e, para tanto, herda os traços phi do licenciador. Para explicar nossos dados assumimos que *pro* não precisa ter os mesmos traços de T, apresentando uma constituição deficiente, e que não há vínculo entre a realização de *pro* e a morfologia flexional do verbo.

Palavras-chave: pronome nulo; referencialidade; traços-phi.

Apresentação

Este trabalho¹ objetiva descrever como é estabelecida a referencialidade em contextos de concordância de primeira pessoa do singular não marcada no Português Brasileiro (PB), como ilustrado em (1), estabelecendo uma comparação entre o sistema referencial de 1ª pessoa da comunidade de Helvécia – BA e o da comunidade de Muquém – AL.

(1) Num teve porção de fio não!²

Algumas relações precisam ser feitas entre os processos de surgimento das comunidades de Helvécia e de Muquém. Helvécia, uma comunidade rural afro-brasileira cuja economia é essencialmente agrícola, está localizada no extremo sul do estado da Bahia, no município de

¹ Gostaríamos de agradecer aos dois avaliadores anônimos da Revista de Estudos Linguísticos Veredas (*on line*) a quem o presente artigo foi encaminhado, cujas sugestões foram consideradas e acatadas, na medida das nossas possibilidades. Os problemas e falhas remanescentes são, obviamente, de nossa inteira responsabilidade.

² Todos os dados referentes ao Português afro-brasileiro foram extraídos do inquérito HV-13, componente do banco de dados do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia (LUCCHESI, 2002).

Nova Viçosa, enquanto Muquém está localizada a 5 km da cidade de União dos Palmares, em Alagoas. Ambas as comunidades foram constituídas majoritariamente por escravos (cativos ou libertos), mas estabeleceram contatos linguísticos diferenciados: Helvécia tinha uma maioria de senhores estrangeira, enquanto em Muquém conviviam, provavelmente, brancos, índios e negros nascidos em terras brasileiras. Apesar de terem a mesma idade nas datas em que as entrevistas foram coletadas, uma diferença de aproximadamente duas décadas separa o nascimento das nossas duas informantes, o que, conjuntamente às particularidades constitutivas de cada comunidade, pode determinar diferenças acentuadas nas variedades do PB adquiridas por HV-13 e F3.

1. Os dados

Selecionamos, para análise, contextos de realização da primeira pessoa do singular na posição de sujeito, quer como pronome pleno, quer como pronome nulo, *pro*:

HV-13 (Helvécia)

- (2) ieu gosto é de roça, num gosto de comércio não.
- (3) Eu passô com minha fia no fazado mais marido dela.
- (4) Fui nascido ali na roça, ficô criô lá na roça, até dobrô, casô, tudo na roça.
- (5) Não fuma, não bebe, só vinho, bebida minha, num fuma nada.
- (6) esses bebida assim manso ieu pego, mas esse babo ieu num bebe não.
- (7) eu num pode sabê, que eu tava pequeno, né?
- (8) Só vejo falá nome, mas num conhece.
- (9) se eu dô o senhô marcraçon, eles me dão um côro chateado.
- (10) ieu acho qu'é cas'd'idade, porque ieu mesmo num conhece não, meu senhô.

F3 (Muquém)

- (11) eu nu sô da famia - mai eu entrei na famia - sô da famia - n'é - passei—passei sessenta e dois ano casada – depoi o marido morreu: fiquei n'é?
- (12) Cheguei aqui cum doze ano.
- (13) Eu vim de fora.
- (14) e - eu posso fazê loiça não - mia fia – eu - é um sacrificio pa me levantá - eu i fazê loiça.
- (15) Nunca saí - - só vô dá uma viage - pá num votá mais.
- (16) - Pa cidade tem no – ôinbo - tem um ôinbo – qu'eu num sei que ôinbo que é não.

Podemos observar, nos dados apresentados de (2) a (10) de HV-13, uma variação na realização da morfologia verbal correferencial à primeira pessoa do singular, com contextos em que o verbo apresenta a flexão verbal correspondente e outros contextos em que a referência de primeira pessoa do singular não pode ser sintaticamente recuperada (cf. (5)). Já os dados de F3 demonstram o padrão de realização do pronome pleno na posição de sujeito, assim como de *pro* referencial, identificado no português brasileiro em geral, ou seja, *pro* como sujeito de um verbo

que apresenta a morfologia de pessoa (lembrando que estamos tratando apenas da 1ª pessoa do singular).

Lucchesi (2009, p. 179) apresenta a tabela abaixo com o cruzamento da pessoa do discurso com a desinência verbal, para os dados de Helvécia:

PESSOA DO DISCURSO/DESINÊNCIA		Nº DE OCOR./TOTAL	FREQUÊNCIA
1ª pessoa do singular	-o/-ei	542/1844	29%
	∅	117/448	26%
1ª pessoa do plural	-mos	18/58	31%
	∅	80/613	13%
3ª pessoa do plural	-m	20/56	36%
	∅	53/219	24%

Tabela 1: Cruzamento da pessoa do discurso com a desinência verbal (LUCCHESI, 2009, p. 179).

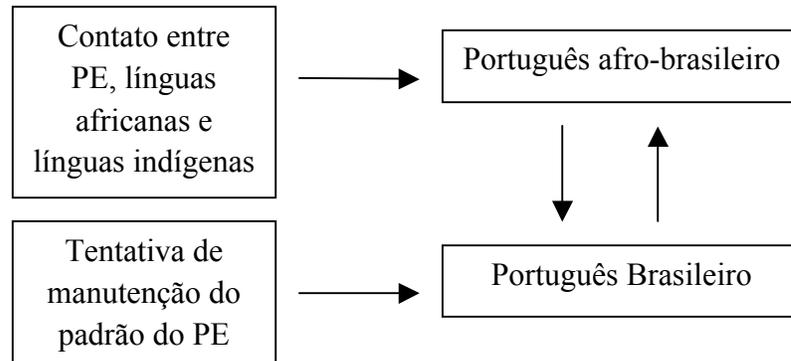
Como ilustrado na tabela 1, a morfologia de 1ª primeira pessoa no verbo não favorece a realização de *pro*, dado constatado para o PB em geral, que apresenta uma tendência para a realização do pronome pleno na grande maioria dos contextos³.

A hipótese de Lucchesi (2009) para explicar a semelhança ao PB nos resultados da quantificação da realização do sujeito nulo no português afro-brasileiro (PAB) é a de que, em um primeiro momento, houve um contato entre o português europeu (PE), línguas africanas e línguas indígenas em terras brasileiras, que deu origem a uma variedade do PAB que tinha como característica a ausência de morfologia flexional e de sujeito nulo. Nesse mesmo contexto, havia uma tentativa de manutenção do padrão do PE (morfologia flexional rica e sujeitos nulos) pelas elites escolarizadas. Assim, na norma popular, um enfraquecimento ainda maior da flexão verbal pode ser visto como o reflexo direto do processo de transmissão linguística irregular⁴, representado no diagrama abaixo:

³ Conferir Duarte (1995).

⁴ Segundo Lucchesi; Baxter (2009, p.101),

O conceito de **transmissão linguística irregular** é [...] tomado para designar amplamente os processos históricos de contato maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente diferenciadas, entre os séculos XVI e XIX, em decorrência da ação do colonialismo europeu na África, Ásia, América e Oceania. [...] Tal processo de nativização da língua dominante [ou seja, do colonizador] ocorre de maneira irregular no sentido de que os dados linguísticos primários de que as crianças que nascem nessas situações dispõem para desenvolver a sua língua materna provém praticamente de versões de segunda língua desenvolvidas entre os falantes adultos das outras línguas, que apresentam lacunas e reanálises em relação aos seus mecanismos gramaticais.



Em um segundo momento, há a inserção de *você* e *a gente* no paradigma pronominal do PB, o que enfraquece a morfologia flexional e restringe as ocorrências de sujeito nulo.

Ainda segundo Lucchesi (2009), em um terceiro momento, o contato do PAB com o PB tem como consequência uma aquisição da morfologia flexional (ainda que enfraquecida) pelo PAB, mas que, por ser enfraquecida, não engatilha a realização do sujeito nulo nesta variedade. Assim, as variedades populares do PB apresentam uma tendência de incremento no uso da morfologia flexional (ou seja, uma mudança que elimina os efeitos do contato entre línguas nesses dialetos), resultado da influência do contato com o PB culto. Porém, no que concerne à variação paramétrica, não se observa um quadro de incremento do sujeito nulo, o que seria de se esperar.

Estudos (como alguns que serão revisados na seção 3 deste trabalho) indicam que a recuperação do referente do sujeito nulo vai dar-se pela correferência com um DP antecedente, no caso da 3ª pessoa, ou pela presença de um morfema flexional, no caso da 1ª pessoa. Mas como explicar os dados de HV-13?

Segundo Baxter (1997, p. 281),

[i]n the Helvécia dialect, the fact that the S-V rule is variable for all person and number forms of the verb, whereas tense-aspect morphology for the present and preterite is (largely) in place, lends support to the acquisitional order tense-aspect morphemes > person number morphemes. This resembles the situation in those Portuguese based creoles which have, in certain cases, absorbed Portuguese preterite and imperfect morphology, but not person-number morphology. (BAXTER, 1997, p. 281)

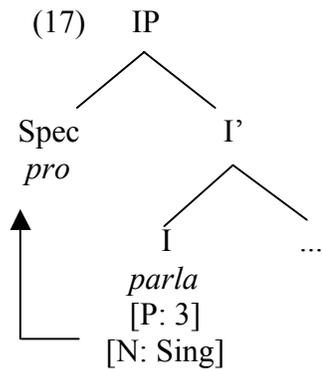
Assim, Baxter faz uma associação entre os dados encontrados no dialeto de Helvécia e fenômenos atestados em crioulos de base lexical portuguesa. Na próxima seção, faremos uma revisão de algumas das principais discussões sobre o elemento pronominal nulo, *pro*, no quadro da Teoria da Gramática Gerativa chomskyana, no intuito de caracterizar, teoricamente, o estatuto de *pro* no PB e no PAB.

2. Estado da Arte

A partir de um dos trabalhos seminais sobre pronomes nulos, Rizzi (1986, p.540), depreende-se que *pro* está sujeito às seguintes condições:

- (a) ele deve ser licenciado, e a disponibilidade de um licenciador é determinada parametricamente;
- (b) ele deve ser identificado; especificamente, *pro* herda os traços φ do licenciador.

No italiano, um T finito é um licenciador e *pro* pode ser identificado através da concordância dos traços φ em T:



2.1. Tipologia das línguas de acordo com a propriedade *pro-drop*

As línguas naturais podem ser caracterizadas da seguinte maneira, no que concerne à propriedade de licenciamento de pronomes nulos (tipologia depreendida de RIZZI, 1986, por BIBERAUER, 2009, p. 154-155):

- **Línguas que não permitem *pro-drop*** - *pro* não é licenciado – Inglês, Francês;
- **Línguas semi *pro-drop*** –
 - a) apenas *pro* não-referencial, não-argumental (i. e. expletivo “puro”) é licenciado – Alemão;
 - b) dois tipos de *pro* expletivo são licenciados, mas *pro* referencial não é – Islandês;
- **Línguas completamente *pro-drop*** - todos os tipos de *pro* são licenciados – Italiano.

Quanto à propriedade de elementos nulos aparecerem em posição argumental, de acordo com Rizzi, “não argumentos, quasi argumentos e argumentos referenciais são hierarquicamente ordenados de acordo com a esperada riqueza do seu conteúdo, expresso em termos de traços φ ”

(RIZZI, 1986, p. 543)⁵. Dessa forma, “se nenhum conteúdo é recuperado, *pro* ficará restrito ao uso não argumental; se apenas a especificação de número puder ser recuperada, *pro* ficará restrito a usos não referenciais; se ambos pessoa e número são recuperáveis [ou seja, se *pro* for referencial], ele terá todas as possibilidades de usos” (RIZZI, 1986, p. 547)⁶.

Porém, como contra-argumentos às formulações de Rizzi, podemos citar os achados dos seguintes estudos:

- Casos complexos de línguas como o hebraico (cf. BORER, 1984) e o irlandês (cf. MACCLOSKEY; HALE, 1984) que admitem *pro* referencial em algumas pessoas e números (1^a e 2^a), mas não em outras (3^a);
- Línguas como o chinês (cf. HUANG, 1989), sem um sistema de flexão verbal de pessoa e número, que licenciam o sujeito pronominal nulo, *pro*, correferente a um elemento nominal em uma posição que c-comanda a posição do sujeito pronominal;
- Línguas crioulas em geral (cf. ROBERTS, 1997) não apresentam sujeitos nulos referenciais.

Até muito recentemente, havia um consenso geral de que línguas do leste asiático podiam ser vistas como um tipo distinto de línguas de sujeito nulo, i. e., *línguas pro-drop orientadas para o discurso*. Jaeggli; Safir (1989, p.31), em uma tentativa de incorporar as *línguas pro-drop orientadas para o discurso* na tipologia das línguas de sujeito nulo, formulam o Princípio da Uniformidade Morfológica, apresentado abaixo:

Princípio da Uniformidade Morfológica: um paradigma flexional P em uma língua L é morfológicamente uniforme sse P apresenta apenas formas flexionais não derivadas (i.e., carece completamente de marcação flexional) ou apenas formas flexionais derivadas.

Dessa forma, o Parâmetro do Sujeito Nulo pode ser formulado no sentido de que sujeitos nulos são permitidos em todas e apenas nas línguas com paradigmas flexionais morfológicamente uniformes (cf. também SPEAS, 2006). Nas palavras de Rizzi (1986, p. 545), “[a] generalização tipológica básica a respeito de *pro* na posição de sujeito é de que ele é possível em línguas com *Agr* forte ou totalmente ausente”. Assim, “[a] Gramática Universal oferece a opção de se usar traços φ , e alguns sistemas gramaticais os usam, enquanto outros não” (idem, p.545).

Alguns argumentos empíricos apresentam problemas para essa proposta, dentre eles:

- Línguas em que a ausência de concordância verbal não resulta em *pro-drop* – cf. africâner (cf. BIBERAUER, 2009) e línguas crioulas como o cabo-verdiano (cf. COSTA; PRATAS, 2006);

⁵ “[N]onarguments, quasi arguments, and referential arguments are hierarchically ordered with respect to the required richness of their content expressed in terms of φ -features”. (Rizzi, 1986, p.543)

⁶ “[I]f no content is recovered, *pro* will be restricted to nonargumental use; if only the number specification is recovered, *pro* will be restricted to nonreferential uses; if both person and number are recovered, it will have the full range of uses.” (Rizzi, 1986, p.547)

- Línguas em que a ocorrência de concordância parcial nos verbos não bloqueia a disponibilidade de *pro-drop* – cf. exemplos do PAB apresentados de (2) a (10) neste artigo.

O PB contemporâneo, assim como o PAB, atestado nos inquéritos de Helvécia, também não se enquadra no parâmetro do sujeito nulo, como formulado por Rizzi (1986).

2.2. *pro* no PB e no PAB

No PB, temos o sujeito referencial nulo enfraquecido e o paradigma de flexão verbal de pessoa e número também enfraquecido (DUARTE, 1995, p. 29). Segundo Lucchesi (2009, p.176), o PB exibe processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas, mas em um grau mais leve do que o observado nas línguas crioulas de base lexical portuguesa da África.

Para o PAB, temos um quadro similar ao apresentado pelo PB, mas por motivações diferentes: segundo Lucchesi (2009, p. 176-177), as comunidades rurais afro-brasileiras foram afetadas diretamente pelo contato maciço e abrupto entre línguas na sua formação, o que impedia a realização do sujeito nulo por conta do enfraquecimento da flexão verbal influenciada por esse contato. A possibilidade de ocorrência do *pro* referencial surge posteriormente, a partir do contato entre essas comunidades e falantes do PB, o que resulta em um padrão diferenciado de ocorrência do sujeito nulo, como pode ser constatado nos dados de HV-13. Já a contemporânea não realização do sujeito nulo no PB culto *dever-se-ia*, como apontado também em Lucchesi (2009, p. 176-177), à reorganização que o paradigma pronominal dessa língua vem sofrendo após a inserção dos pronomes *você* e *a gente*⁷.

2.3. *pro* no Minimalismo

Nos desenvolvimentos da Teoria de Princípios e Parâmetros, que se convencionaram chamar de Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995 *et seq.*), as relações de concordância assumem outro estatuto: os traços φ nos verbos (e nas categorias verbais) não são interpretáveis (teoria de checagem) ou valorados (teoria baseada na valoração de *Agree*). Eles devem, assim, ser checados/valorados pelos traços φ do DP sujeito. *pro*, no entanto, não tem nenhum traço valorado, sendo dependente de T para o estabelecimento de suas propriedades referenciais. A hipótese levantada, naquele momento, é a de que *pro* tem traços interpretáveis, ocupa o Spec-TP e funciona exatamente como um pronome realizado. O fato de *pro* ser silenciado é uma questão para PF [análise de deleção: sujeitos nulos = pronomes deletados] (HOLMBERG, 2005, p.559).

Anteriormente à adoção dessa proposta, D é assumido como o *locus* da referencialidade (cf. LONGOBARDI, 1994), ou seja, para um sujeito nulo ser referencial, D tem de estar presente. Alguns anos depois, estudos assumem uma estrutura interna ainda mais complexa para os

⁷ Evidências linguísticas e uma discussão aprofundada sobre a reorganização do paradigma pronominal a partir da inserção de *você* e *a gente* são encontradas em Duarte (1995, p. 27-29).

elementos pronominais, e atribuem a essas diferenças estruturais o comportamento diferenciado das expressões nominais (cf. CARDINALETTI; STARKE, 1999). Déchaine; Wiltschko (2002), por exemplo, classificam os pronomes em três tipos: pro-DPs, pro- φ Ps e pro-NPs.

Assim, a observação da estrutura interna das expressões nominais permite a estipulação de novos mecanismos de concordância:

- Em **línguas completamente *pro-drop***, T carrega um traço D, e, por consequência, sujeitos nulos são sempre referenciais (ou seja, são φ Ps que recebem a capacidade de referir a um indivíduo ou grupo de D em T);
- Em **línguas semi *pro-drop***, T não carrega um traço D, e sujeitos nulos são, por consequência, interpretados como não referenciais na ausência de outro provedor de D; os sujeitos nulos referenciais são DPs e não requerem D de T, i. e., 1ª e 2ª pessoas são DPs, mas a 3ª pessoa é um φ P;
- Em **línguas que não permitem *pro-drop***, T não carrega um traço D e requerimentos fonológicos fortes de EPP não permitem a realização de sujeitos nulos.

Por conseguinte, temos uma nova tipologia de sujeitos nulos, que podem ser:

- φ Ps: interpretados como não referenciais na ausência de D em T;
- DPs: interpretados como referenciais.

Em consonância com essas novas propostas, Holmberg (2005, p.536-537) afirma que a identificação de *pro*, como proposta por Rizzi (1986), já não é mais possível. Roberts (2007, p.6) assume com Holmberg (2005) a diferença entre *línguas com sujeito nulo* e *línguas sem sujeito nulo* (i.e., presença *versus* ausência do traço D em T):

- T de *línguas com sujeito nulo*: [uD], [$u\varphi$], EPP
- T de *línguas sem sujeito nulo*: graus variáveis de φ empobrecido e EPP

Assim como Holmberg, Roberts assume que sujeitos nulos são φ Ps (HOLMBERG, 2005, p. 556) e que há uma conexão entre sujeitos nulos referenciais e concordância.

2.4. Línguas de sujeito nulo sem morfologia de concordância

Há línguas de *pro-drop* radical que permitem *pro-drop* apesar de carecer totalmente de morfologia de concordância verbal, como, por exemplo, o japonês, o coreano, o chinês (cf. HUANG, 1984), o tailandês, o vietnamita, o indonésio, dentre outras. A explicação tradicional para este fato empírico é a de que a ausência uniforme de flexão licencia *pro-drop* radical; a partir dos desenvolvimentos teóricos sobre a estrutura interna das expressões nominais, surge a proposta de que a estrutura morfológica de elementos pronominais em uma língua pode determinar se ela permite ou não *pro-drop*. Em particular, línguas com morfologia

aglutinante/analítica em DPs licenciarão *pro-drop* por razões relacionadas aos pronomes. A ideia-chave é a de que o *pro-drop* radical é o *spell-out* zero de um pronome regular. Essa proposta é colocada em confronto com novos achados tipológicos, que mostram que (i) não há línguas com um paradigma pronominal flexional ou invariante que apresentem *pro-drop* radical; e (ii) línguas que apresentam *pro-drop* radical devem também apresentar morfologia aglutinativa para pelo menos um traço nominal.

Estudos como o realizado por Duarte (1995) nos mostram que o PB também se configura como um problema para essa classificação, uma vez que apresenta características mistas de línguas com sujeito nulo obrigatório e de línguas com sujeito pleno obrigatório. Dados de aquisição do PB (MAGALHÃES, 2006) demonstram que crianças brasileiras usam um alto percentual de sujeitos nulos de 3ª pessoa (inclusive com um referente de 1ª pessoa), o que é especialmente significativo porque vem comprovar que tem de haver algo além da morfologia flexional para garantir a manutenção desses sujeitos nulos no PB.

Desta forma, baseados nas revisões e nos argumentos expostos acima, que evidenciam, em algumas variedades do PB, a possibilidade de não correspondência entre os traços φ de *pro* e os da flexão verbal, levantamos, para análise dos dados selecionados para o presente trabalho (cf. (2) a (16)), a hipótese de que não há vínculo entre a ocorrência de *pro* e a morfologia flexional do verbo, o que aproxima o PB das línguas orientadas para o discurso (HUANG, 1984; 1989). Assim, *pro* não precisa apresentar compatibilidade com todos os traços de T (ao contrário do que propõe CHOMSKY, 1998, para a operação *Agree*), ele teria uma constituição deficiente (nos moldes de CARDINALETTI; STARKE, 1999 e DÉCHAINED; WILTSCHKO, 2002). O conceito de deficiência estrutural dos elementos pronominais será definido e explorado nas seções seguintes.

3. Sobre concordância e composição de traços

Béjar (2003) propõe uma teoria de traços para concordância com bases minimalistas, preenchendo uma lacuna na empreitada gerativista. A análise se baseia em uma perspectiva para traços formais onde φ codifica as propriedades nominais que tipicamente entram no processo de concordância: *pessoa*, *número* e *gênero*. Entretanto, tais propriedades são insuficientes para capturar exigências sintáticas de tal teoria de concordância baseada apenas em traços. Assim, a autora assume com Harley; Ritter (2002) que pronomes obedecem a uma hierarquia interna, que é responsável por sua sistematização. As tradicionais categorias *pessoa* e *número* são centrais na teoria desenvolvida por Béjar. Também, as relações de concordância estabelecidas pela autora são úteis à descrição de algumas relações sintáticas encontradas no PB.

A abreviação tradicional de traços- φ como um conjunto cristalizado de traços que compõem um elemento R(eferencial) é inviável, uma vez que não captura as relações que um elemento R pode ter no sistema computacional, sendo alguns desses traços ausentes por razões independentes.

Harley; Ritter (2002), ao proporem uma decomposição dos tradicionais traços- φ , são coerentes com a variabilidade encontrada inter-linguisticamente. Uma teoria nessas premissas implica subespecificação no sentido de que um dado elemento R pode não apresentar todos os traços, apesar de tê-los disponíveis em seu inventário. Isto, na verdade, é similar à proposta de

Cardinaletti; Starke (1999) no sentido de que *deficiência*⁸ (ausência de um dado traço por acarretamento⁹) é responsável pela distribuição do pronome. Aqui, defenderemos um modelo fundido de deficiência, como definido em (18):

(18) Um pronome é *deficiente* se carece pelo menos de um traço.

Os reflexos de tal deficiência são sentidos sintaticamente, ou seja, têm implicações em como o mecanismo de concordância funcionará, uma vez que um pronome deficiente pode exitosamente entrar em uma relação de concordância, i.e., no caso de a derivação envolver um pronome deficiente e, ao mesmo tempo, um verbo totalmente especificado, ela convergirá, mesmo não satisfazendo certas condições para concordância (*match* nos termos de CHOMSKY (1998)), como será mostrado adiante.

De acordo com Harley; Ritter (2002), a forma de um dado pronome (e suas características) é capturada como o resultado de sua composicionalidade de traços e suas relações sintáticas. Assumiremos, portanto, que esta composicionalidade interna é suficiente para codificar algumas características “externas”, tais como referencialidade. Adicionalmente, algumas categorias externas ao nó [PARTICIPANT]¹⁰ (a saber, [CLASS]) serão assumidas como inter-relacionadas a ele, tornando-se este nó crucial, ao lado de [INDIVIDUATION], na variabilidade encontrada no sistema pronominal do PB.

3.1. Composicionalidade de traços: *pessoa*

A geometria de Harley; Ritter (2002) permite a possibilidade de subespecificação (parcial e/ou total) de um dado sistema pronominal. Sistemáticamente, subespecificação codifica contraste: uma subespecificação total quando da ausência do nó [PARTICIPANT], por exemplo, resulta na terceira pessoa, enquanto subespecificação relativa pode resultar na segunda pessoa quando o nó [PARTICIPANT] tem uma interpretação *default* na ausência de mais nós dependentes. Consequentemente, o traço [SPEAKER] é normalmente dependente do traço [PARTICIPANT], resultando na primeira pessoa¹¹.

Béjar (2003) introduz um novo traço à geometria de Harley; Ritter (2002), a saber, [π]. [π] é um nó intermediário entre a raiz do elemento referencial e o nó [PARTICIPANT]. Este é também um rótulo para a categoria *pessoa*. Segundo a autora, [π] é empiricamente necessário. Por exemplo, sem ele, não participantes são obrigatoriamente subespecificados exceto pelo traço [INDIVIDUATION], e, talvez, pelo traço raiz [R]¹². A introdução deste traço é também motivada pelo fato de a subespecificação de traços para terceira pessoa poder ser o ponto de variação, uma vez que, apesar de alguns pronomes de terceira pessoa serem totalmente subespecificados, há

⁸ Do inglês *deficiency* (cf. CARDINALETTI; STARKE, 1999).

⁹ A definição de *acarretamento* pode ser conferida mais adiante nesta seção.

¹⁰ Por uma questão notacional, os traços que participam das geometrias apresentadas neste trabalho virão entre colchetes, enquanto os elementos que indicam uma categoria, em itálico.

¹¹ Béjar nota que, em algumas línguas, a primeira pessoa é a *default*, sendo representada por [PARTICIPANT [ADDRESSEE]].

¹² Assumimos [R] aqui como uma representação para pronome.

pronomes de terceira pessoa com subespecificação parcial, os quais podem atuar como *interventores*¹³. Béjar (2003) afirma que a inserção do traço [π] é necessária como uma camada representativa, já que alguns traços categoriais devem ser incluídos dentro do nó [PARTICIPANT].

Evidência de que em algumas línguas certas categorias devem ser incluídas na categoria *pessoa* vem de Cowper; Hall (2002). Os autores propõem uma geometria de traços para a flexão nominal do inglês, em que categorias pragmáticas gramaticalizadas são levadas em conta para definir geometricamente morfemas de flexão nominais:

- [D[SPECIFIC[DEFINITE[DEICTIC][DISTAL]]]]

Esta hierarquia explica certas restrições no mapeamento entre os itens lexicais que codificam a flexão nominal, e os contextos sintáticos em que eles ocorrem, como ilustrado nos exemplos (19) abaixo, cujas configurações são dadas em (20).

(19)

- a. THIS coffee over here is stale
 ESTE café sobre aqui está velho
 “Este café aqui está velho”
- b. THAT coffee is stale
 AQUELE café está velho

(20) a. **THIS**

[DP[D[SPECIFIC[DEFINITE[DEICTIC][DISTAL]]]][#P[#GROUP]][NP]]

b. **THAT**

[DP[D[SPECIFIC[DEFINITE[DEICTIC]]]][#P[#GROUP]][NP]]

(COWPER; HALL, 2002, p.62)

Segundo os autores, a diferença entre os pronomes definidos em (19) é feita através da presença/ausência do traço [DISTAL] no nó que representa *pessoa*. Este traço determina a noção de distância no discurso.

Como Béjar (2003) aponta, em algumas línguas esta decomposição de *pessoa* como proposta por Harley; Ritter (2002) não é suficiente para codificar alguns traços que são necessários para definir certos nominais (como os de COWPER; HALL (2002)). Por exemplo, [DEFINITE] e [ANIMATE] são acarretados por [PARTICIPANT] em línguas como húngaro e algonquiano, respectivamente (BÉJAR, 2003). Estas categorias, alternativamente, podem ser

¹³ Béjar (2003) propõe uma teoria enriquecida de traços para lidar com certas condições de concordância sensíveis ao contexto, quando um *alvo* que não é o potencial (ou seja, um *interventor*) pode entrar numa relação sonda-alvo. Por exemplo, em georgiano, “a verb cross-references the person feature of its object, unless the object is 3rd person, in which case the person feature of the subject is cross-referenced” (Tradução aproximada: “um verbo remete ao traço de *pessoa* de seu objeto, a não ser que o objeto seja de terceira pessoa, caso em que é ao traço de *pessoa* do sujeito que é remetido”) (BÉJAR, 2003, p.4).

requeridas pelo nó [PARTICIPANT]. Portanto, [π] rotularia os traços que podem ser capturados entre [R] e [PARTICIPANT], assumindo a representação em (21).

(21) SPEAKER>PARTICIPANT>{DEICTIC>DEFINITE>SPECIFIC>...>D= π }>R

Entretanto, sugerimos que [π] não codifica, mas, estruturalmente, deve dominar tais traços. Isto se dá porque alguns traços assumidos por Béjar (2003) como sendo codificados por [π] podem ou não estar presentes na configuração. Se eles fossem concebidos dentro de [π], isso feriria as condições de acarretamento. Portanto, se traços como [DEFINITE] ou [SPECIFIC] estivessem localizados dentro de [π], isto é, codificados por [π], seria impossível ter estes traços como distintivos em um pronome arbitrário como *você*, em (22).

(22) *Você* pensa que tá fazendo a coisa certa, mas no fim *você* não está.
 “Alguém pensa estar fazendo a coisa certa, mas no fim esse alguém não está”
 “2sg pensa estar fazendo a coisa certa, mas no fim 2sg não está”

Neste caso, o acarretamento de traços abaixo de [D] é responsável pela leitura arbitrária: na ausência de traços como [DEFINITE], *você* carece de uma leitura definida, que requer dêixis. Desse modo, *pessoa*, como uma categoria, permanece intacta enquanto traços como [SPECIFIC] ou [DEFINITE] desempenham o papel da arbitrariedade referencial. Assim, assumimos com Béjar (2003) que o nó [π] é uma variável que codifica outros elementos que podem ser necessários para contraste de *pessoa*.

Por isso, assumiremos a estrutura em (23) como sendo a possível configuração para [R]. (23) é a entrada lexical da categoria *pessoa* de um dado pronome que entra na derivação, engatilhando todos os mecanismos sintáticos necessários para que ele alcance PF.

(23) [R[[[PARTICIPANT[SPEAKER][ADDRESSEE]][D[SPECIFIC[DEFINITE]]]]]]

Adicionalmente, esta estrutura é compatível com a de Déchaine; Wiltschko (2002), diferindo no que diz respeito à localização de [D]. [D] é o traço que codifica as informações nominais de um pronome, podendo ou não, teoricamente, estar presente na configuração. Uma vez presente, o pronome se comporta como um pro-DP, na notação de Déchaine; Wiltschko (2002), uma projeção extra em R (ou φ , na terminologia das autoras), não sendo necessário capturar tal informação¹⁴. O acarretamento de traços sob [π] permite que o paradigma pronominal prediga uma forma com referência arbitrária mesmo que esta compartilhe a mesma forma de uma

¹⁴ A análise proposta é claramente uma tentativa de descrição de dados do português brasileiro. Os dados em (i), abaixo, foram testados com falantes nativos do PB e considerados agramaticais com a presença do artigo definido entre o pronome e o numeral, este último tendo propriedades particulares que fogem dos limites explanatórios deste trabalho. Entretanto, faz-se necessário uma pesquisa mais a fundo sobre as possibilidades do PE, em (ii-iv), o que também escapa ao escopo deste artigo ((ii), (iii) e (iv) retirados de: <http://www.linguateca.pt/CETEMPublico/>).

(i) *Qual de *nós os dois* queres a teu lado. PB
 (ii) À parte *eles os dois*, ninguém sabe que são irmãos. PE
 (iii) Tenho informações para *vocês os dois*. PE
 (iv) “*Nós os dois* odiávamo-lo.” PE

outra definida. A possibilidade de se ter uma pessoa arbitrária dar-se-á, portanto, da combinação do nó [PARTICIPANT] com o nó [D] subespecificado para os traços [SPECIFIC] e [DEFINITE]:

- (24) *Eu* começo a fumar um cigarro hoje, amanhã *eu* experimento x.
(Contexto: um agente de controle de drogas entorpecentes sendo entrevistado por um apresentador de TV)

Em (24), *eu* tem uma leitura arbitrária, podendo ser substituído por outra forma arbitrária:

- (25) *Você/a gente/alguém* começa a fumar um cigarro hoje, amanhã *você/a gente/alguém* experimenta x.

Assim, a representação dos pronomes em PB de acordo com sua composicionalidade de traços gera o seguinte resultado: $[\pi]$ é responsável sozinho pela diferenciação de primeira, segunda e terceira pessoas, como esperado. Portanto, a especificação de traços relevantes para os pronomes aqui é a seguinte:

1^a pessoa:

- a. Definido: $[R[\pi[PART[SPEAKER]][D[SPECIFIC][DEFINITE]]]]$
b. Arbitrário: $[R[\pi[PART[SPEAKER]][D]]]$

2^a pessoa:

- a. Definido: $[R[\pi[PART[ADDR]][D[SPECIFIC][DEFINITE]]]]$
b. Arbitrário: $[R[\pi[PART[ADDR]][D]]]$

3^a pessoa: $[R[\pi[D[...]]]]$

As reticências para a configuração da terceira pessoa indicam que os traços dominados por [D] podem ou não estar presentes na composição, dependendo da estrutura informacional do pronome. Por exemplo, o pronome *il*, do francês, tem sua forma compartilhada pelo expletivo e pela terceira pessoa do singular masculino definida. O que diferenciaria estes dois elementos R seria sua estrutura: enquanto o pronome definido apresenta uma estrutura mais especificada (cf. (26a)), o expletivo não carregaria algumas informações em sua composição (cf. (26b)).

(26)

- a. IL.DEF. $\equiv [R[\pi[D[DEFINITE]][SPECIFIC]]]$
b. IL.EXPL. $\equiv [R[\pi[D]]]$

Voltando ao fenômeno discutido neste trabalho, pronomes foneticamente nulos teriam, na sintaxe, as mesmas propriedades dos demais pronomes, uma vez que o material fonético estará disponível apenas após a sintaxe. Assim, um *pro* com referência de 1^a pessoa singular teria a

mesma estrutura do pronome de 1ª pessoa do singular foneticamente realizado (*eu*). Portanto, em (27), extraído dos dados de HV-13, teríamos a representação do pronome foneticamente nulo:

(27) Num [R[π [PART[SPEAKER]][D[SPECIFIC][DEFINITE]]]] teve porção de fio não!

Como já fora discutido em trabalhos anteriores (BÉJAR, 2003, 2008; CARVALHO, 2008, 2011), esta decomposição de traços exige alguns ajustes no processo de concordância (*Agree*).

A operação *Agree* (Chomsky, 1998) apaga traços formais ilegíveis durante o mecanismo de valoração de traços formais de um elemento nominal (alvo) por traços formais do mesmo tipo de um núcleo funcional (sonda). Havendo correspondência entre esses traços, os traços formais ilegíveis são apagados. *Agree* é regulada por condições para *match* que são definidas abaixo:

Matching is the relation that holds of a probe P and a goal G. Not every matching pair includes Agree. To do so, G must (at least) be in the domain D(P) of P and satisfy locality conditions. The simplest assumptions for the probe-goal system are:

- (i) **Matching is feature identity**
- (ii) D(P) is the sister of P
- (iii) Locality reduces to ‘closest c-command’.

(CHOMSKY, 1998, p. 122)

Uma teoria de concordância baseada em subespecificação de traços implica algumas adaptações no tradicional conceito de *Agree* (Chomsky, 1998). A teoria de concordância proposta por Béjar (2003) mostra que tais condições para concordância são perfeitamente compatíveis com a noção de subespecificação.

De acordo com a teoria de traços apresentada aqui, uma sonda com um traço [F] pode facilmente ter em seu domínio um alvo com os traços [F[G]]. A questão que surge é se haverá compatibilidade entre estes traços já que não há identidade entre eles, como previsto pelas condições para *match* acima citadas. A solução seria assumir que tais condições possam ser repensadas nas bases de *acarretamento*, expostas abaixo:

Acarretamento

Dados dois elementos A e B, respectivamente, numa ordem hierárquica, a presença de B requer a presença de A.

Como apontado por Béjar (2003), o critério para *match* pode ser estabelecido em termos da presença do traço [F] na sonda. Assim, [F] encontraria correspondência em [F[G]], pois [F] é um subconjunto de [F[G]]. Isto prediz, por exemplo, que [PARTICIPANT] teria correspondência com um elemento [PARTICIPANT[SPEAKER]]. Carvalho (2008) assume com Béjar (2003) que a intersecção de traços da sonda e do alvo é suficiente para estabelecer correspondência.

Value aqui é concebido como o compartilhamento do rótulo que o traço carrega (cf. FRAMPTON; GUTMANN, 2000). Assim, podemos assumir que *value* equivale à cópia de traços do alvo pela sonda, assumindo a generalização em (28) (cf. BÉJAR, 2003, p. 65).

(28) Goal values Probe iff features of Goal entail features of Probe.

Uma vez que *match* é satisfeito apenas pela raiz da sonda e *value* precisa de um alvo no mínimo tão especificado quanto a sonda, a operação *Agree* é bem sucedida. Portanto, é necessário apenas um $[\pi]$ não-interpretável para uma sonda ser valorada. Isto se dá, pois o conjunto de condições que satisfazem *value* deve ser um subconjunto daquelas que satisfazem *match*. As tabelas abaixo ilustram esse processo (inspirado em BÉJAR, 2008, p. 144):

Sondas	Alvos		
	π	$[\pi]$ [participant]	$[\pi]$ [participant] [speaker]
$[u \pi]$	<i>Agree</i> é bem sucedido	<i>Agree</i> é bem sucedido	<i>Agree</i> é bem sucedido
$[u \pi]$ $[u\text{participant}]$	<i>Agree</i> falha	<i>Agree</i> é bem sucedido	<i>Agree</i> é bem sucedido
$[u \pi]$ $[u\text{participant}]$ $[u\text{speaker}]$	<i>Agree</i> falha	<i>Agree</i> falha	<i>Agree</i> é bem sucedido

Tabela 2: Padrões de *Agree* dos traços de pessoa com pares sonda-alvo.

Sobre os dados propostos para análise neste trabalho, e como já mencionado acima, a diferença entre os pronomes pessoais que são foneticamente realizados e os que não o são vai depender da disponibilidade dos itens morfológicos disponíveis pós-sintaticamente¹⁵.

Dessa forma, dados como os apresentados abaixo em (29) têm como estrutura de traços dos pares sonda-alvo as apresentadas nas tabelas abaixo. Estes dados representam os padrões de realização da primeira pessoa do singular nos dados: pronome foneticamente realizado de 1ª pessoa do singular com verbo morfológicamente realizado na 1ª pessoa (29a); pronome

¹⁵ Não estamos necessariamente nos remetendo à Morfologia Distribuída (HALLE & MARANTZ, 1993). O que propomos, a partir de uma teoria de traços, é que a sintaxe trabalhe apenas com traços abstratos. A seleção morfológica destes elementos seria realizada ou não a partir de algum mecanismo que só está disponível pós-sintaticamente. Basicamente, a diferença entre nossa proposta e a MD está no fato de que para nós apenas o conteúdo morfológico dos itens lexicais seria de responsabilidade de PF, enquanto todas as outras operações (inclusive aquelas lexicais), não. Em outras palavras, mantemos o léxico pré-sintático e é este léxico que disponibiliza todos os traços necessários para a derivação. Portanto, assumimos que o Princípio da Interpretação Plena (*Principle of Full Interpretation*) exige que nenhum traço semântico ou formal esteja presente em PF, e traços fonológicos e ilegíveis não estejam presentes em LF para que a derivação convirja. Isto é facilmente satisfeito pela assunção de que traços fonológicos são instâncias de PF apenas e não participam da derivação (cf. CARVALHO, 2008, p. 21).

foneticamente não realizado de 1ª pessoa do singular com verbo morfológicamente realizado na 1ª pessoa (29b); pronome foneticamente realizado de 1ª pessoa do singular com verbo morfológicamente realizado na 3ª pessoa (29c); pronome foneticamente não realizado de 1ª pessoa do singular com verbo morfológicamente realizado na 3ª pessoa (29d).

(29)

- a. **Eu sei** não: mia fía
- b. **Ceguei** aqui cum doze ano
- c. **Eu passô** com minha fía no fazado mais marido dela.
- d. Num **teve** porção de fio não

Sonda (<i>sei</i>)	Alvo (<i>eu</i>)
	[π] [participant] [speaker]
[<i>u</i> π] [<i>u</i> participant] [<i>u</i> speaker]	<i>Agree</i> é bem sucedido

Tabela 3: *Agree* dos traços de pessoa com pares sonda-alvo (29a).

Sonda(<i>ceguei</i>)	Alvo (-)
	[π] [participant] [speaker]
[<i>u</i> π] [<i>u</i> participant] [<i>u</i> speaker]	<i>Agree</i> é bem sucedido

Tabela 4: *Agree* dos traços de pessoa com pares sonda-alvo (29b).

Sonda (<i>passô</i>)	Alvo (<i>eu</i>)
	[π] [participant] [speaker]
[<i>u</i> π]	<i>Agree</i> é bem sucedido

Tabela 5: *Agree* dos traços de pessoa com pares sonda-alvo (29c).

Sonda (<i>teve</i>)	Alvo (-)
	[π] [participant]

[u π]	[speaker]
	<i>Agree</i> é bem sucedido

Tabela 6: *Agree* dos traços de pessoa com pares sonda-alvo (29d).

Chamamos atenção para o fato de esses padrões de concordância valerem para os dados encontrados no vernáculo de outras variedades do português, como podemos verificar nos dados abaixo, do português brasileiro vernacular falado em Maceió (30) e do português europeu vernacular falado em Lisboa (31).

- (30) Quando [R[n[PART[SPEAKER]][D[SPECIFIC][DEFINITE]]]] **penso** em fazer supermercado, [R[n[PART[SPEAKER]][D[SPECIFIC][DEFINITE]]]] **entro** em pânico¹⁶.
- (31) [R[n[PART[SPEAKER]][D[SPECIFIC][DEFINITE]]]] Não **caí** dentro do poço, mas todos os dias [R[n[PART[SPEAKER]][D[SPECIFIC][DEFINITE]]]] **passo** os torniquetes e [R[n[PART[SPEAKER]][D[SPECIFIC][DEFINITE]]]] **entro** num universo paralelo¹⁷.

Algumas palavras finais

Retomando a discussão acerca do contato, com base na análise apresentada acima, podemos assumir que diferentes gramáticas podem gerar diferentes *spell-outs* fonéticos, mas a estrutura gramatical destas diferentes variedades do português se mantém. Nosso argumento parte do princípio de que a gramática estabelecida em contextos de contato linguístico ou não, nessas variedades, oferece um único padrão de concordância, cuja variação se dá em termos de *subespecificação* dos traços dos elementos participantes da operação *Agree*.

Nossa intenção foi apresentar uma análise unificada para os diferentes padrões morfológicos apresentados nos dados (e por que não os padrões do português em geral), reunindo as diferentes tipologias apresentadas previamente no trabalho. Assim, línguas como o chinês, em (32-33), que apresentaria problemas para as análises prévias, seriam explicadas a partir dos padrões de concordância aqui apresentados.

- (32) 喜欢橙 (xi huan chen)
1ª sg gosta laranja
Eu gosto de laranja
- (33) 爱橙 (ai chen)
Ama laranja
Pro amo laranja

¹⁶ Dado de introspecção.

¹⁷ Dado extraído do endereço eletrônico <http://www.blogger.com/profile/04133903811482645121>.

Nos exemplos acima, vemos que os dados do chinês teriam os mesmos padrões de concordância de pessoa que os dados em (29c) e (29d):

Sonda (<i>huan</i>)	Alvo (<i>xi</i>)
	[π]
	[participant]
	[speaker]
[<i>u</i> π]	<i>Agree</i> é bem sucedido

Tabela 7: *Agree* os traços de pessoa com pares sonda-alvo para o chinês (cf. 29c).

Sonda (<i>ai</i>)	Alvo (-)
	[π]
	[participant]
	[speaker]
[<i>u</i> π]	<i>Agree</i> é bem sucedido

Tabela 8: *Agree* os traços de pessoa com pares sonda-alvo para o chinês (cf. 29d).

Ribeiro (2008), ao estudar outro inquérito de Helvécia, o da informante HV-19, em comparação aos dados de escrita de Gregório, brasileiro afrodescendente também do século XIX, mas letrado e inserido no contexto da cidade de Salvador, constata que os dados desses informantes podem ser considerados como evidências indiretas para a coexistência, no português brasileiro popular do século XIX, de ao menos duas gramáticas de sujeito nulo, ou seja, duas possibilidades de licenciamento do sujeito nulo: uma do tipo chinês, em que não há manifestação fonológica de concordância verbal (I_{-D}), situação típica do processo de transmissão linguística irregular ou de aquisição imperfeita (LUCCHESI, 2007; KROCH, 2007; ROBERTS, 2007), como, por exemplo, aquela que podemos encontrar nos inquéritos de HV-19 e HV-13; outra do tipo românico, em que a realização dos traços- ϕ de V é sistemática (I_{+D}). A hipótese defendida por Ribeiro (2008) é a de que a competição entre essas duas gramáticas deve estar presente no PB desde os seus primórdios, dadas as diferentes e diversas situações de aquisição do PB, hipótese esta que encontra consonância na análise empreendida no presente trabalho, ainda que os mecanismos utilizados para explicação dos fenômenos sejam diferenciados nas duas propostas.

Constatamos, assim, diferenças nos padrões de concordância nas gramáticas de F3 e HV-13: em F3 encontramos, quanto à realização do *pro* referencial de 1ª pessoa, uma gramática muito semelhante àquela encontrada no PB contemporâneo. Ribeiro (2008) afirma que “falar de um enfraquecimento da morfologia verbal só seria adequado para uma parcela da população, como a representada por Gregório e as retratadas em estudos diacrônicos com base na norma culta; para a população representada por HV-19, simplesmente não há morfologia verbal, exceto para a 1ª pessoa do singular (embora variável)” (*idem*, p. 96). Com a possível conexão entre morfologia

flexional e ocorrência do *pro* referencial, podemos supor, então, que as influências sofridas pela gramática de F3 tenham sido semelhantes àquelas sofridas pela gramática de Gregório (excetuando-se o letramento), ou seja, talvez a gramática de F3 já apresente influências de um contato com o PB culto – talvez aquele utilizado pelos senhores de escravos dos seus pais e avós. Já HV-13, por ser de Helvécia e sua contemporânea, apresenta, em sua gramática, um comportamento do *pro* referencial semelhante ao de HV-19, com todas as especificidades discutidas ao longo deste trabalho.

Null pronouns and reference in Afro-Brazilian Portuguese

ABSTRACT: The aim of this paper is to describe the pronominal structure of the null pronoun *pro* in first person singular agreement contexts which are not morphologically marked in Brazilian Portuguese (BP) and are found in Afro-Brazilian Portuguese data from Helvécia, Bahia and Muquém, Alagoas communities. We have tried to relate those *pro* structures to the licensing mechanism which makes the reference of *pro* possible even if the first person singular morphology is not present in the verbal inflection, since, according to Rizzi (1986), *pro* must be identified and, to be so, inherits the phi-features of the licenser. To explain our data, we assume that *pro* might not have the same features of T, showing a deficient structure, and also that there is no connection between the realization of *pro* and the morphological verbal inflection.

Keywords: null pronouns; referentiality; phi-features.

REFERÊNCIAS

- BAXTER, A. Creole-like Features in the Verb System of an Afro-Brazilian Variety of Portuguese. In: SPEAS, A. K.; WINFORD, D. (ed.). *The Structure and Status of Pidgins and Creoles*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1997, p. 265-288.
- BÉJAR, S. *Phi-syntax: a theory of agreement*. 2003. 214 f. Tese (PhD em Linguística) – Department of Linguistics, University of Toronto, Toronto. 2003.
- BEJÁR, S. Conditions on Phi-Agree. In: HARBOUR, D; ADGER, D.; BEJAR, S. (ed.) *Phi-Theory: Phi-Features Across Modules and Interfaces*. New York: Oxford University Press, 2008, p. 130-154.
- BIBERAUER, T. Semi null-subjects languages, expletives and expletive *pro* reconsidered. In: BIBERAUER, T.; HOLMBERG, A.; ROBERTS, I.; SHEEHAN, M. (ed.) *Parametric variation: null subjects in Minimalist Theory*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009, p. 153-199.
- BORER, H. *Parametric Syntax: case studies in semitic and romance languages (studies in generative grammar)*. Dordrecht: Foris, 1984. 260 p.

CARDINALETTI, A; M. STARKE. The typology of structural deficiency. In: VAN RIEMSDIJK, H. (ed.). *Clitics and other functional categories in European languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999, p. 145-233.

CARVALHO, D. S. *A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro*. 2008. 150 f. Tese (doutorado em Linguística) – Programa Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió. 2008.

CARVALHO, D. S. Sincretismo, subespecificação de traços e a sintaxe de gênero em uma comunidade do português afro-brasileiro: um estudo de caso. *Papia*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 83-97, 2011.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995. 420 p.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Inquiries: the framework*. Cambridge, Mass.: MIT Working Papers in Linguistics, 1998. 61 p.

COSTA, J.; PRATAS, F. *To allow pro does not mean being pro-drop: evidence from Capeverdean*. Paper presented at the Society for Pidgins and Creole Languages (SPCL) Meeting. Albuquerque, NM, January, 2006.

DÉCHAINED, R-M.; WITSCHKO, M. Decomposing Pronouns. *Linguistic Inquiry*, v.33, n. 3, p. 409-442, 2002.

DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio 'Evite Pronome' no português brasileiro*. 1995. 149 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1995.

HOLMBERG, A. Is there a little pro? Evidence from Finnish. *Linguistic Inquiry*, v. 36, n. 4, p. 533-564, 2005.

HUANG, C-T. J. On the distribution and reference of empty pronouns. *Linguistic Inquiry*, v. 12, p. 531-574, 1984.

HUANG, C-T. J. Pro-drop in Chinese: a generalized control theory. In: JAEGGLI, O.; SAFIR, K. (eds.) *The null subject parameter*. Dordrecht: Kluwer, 1989, p.185-214.

JAEGGLI, O.; SAFIR, K. (eds.) *The null subject parameter*. Dordrecht: Kluwer, 1989. 320 p.

LONGOBARDI, G. Reference and proper names. *Linguistic Inquiry*, v. 25, p. 609-665, 1994.

LUCCHESI, D. *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*. Disponível em: www.vertentes.ufba.br. Acessado em 22 de mar. 2014.

LUCCHESI, D. A realização do sujeito pronominal. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.) *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 167-183.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.) *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. 576 p.

MACCLOSKEY, J.; HALE, K. On the syntax of person number inflection in Modern Irish. *Natural Language and Linguistic Theory*. V. 2, p. 487-533, 1984.

MAGALHÃES, T. M.V. *As pessoas do discurso na produção de sujeitos nulos na aquisição do Português Brasileiro e do Português Europeu*. Handout apresentado no V Encontro Nacional de Língua Falada e Escrita – ELFE. Maceió, 2006.

MOURA, D. (Org.). *Resquícios de Palmares: o que a comunidade quilombola nos diz*. Maceió: EDUFAL, 2009. 175 p.

RIBEIRO, I. O sujeito nulo referencial no português popular brasileiro - século XIX. In: TORRES MORAIS, M. A. C. R.; ANDRADE, L. C. V. O. (Orgs.). *História do português paulista*. Campinas, SP: UNICAMP/Publicações IEL, 2009, p. 83-98.

RIBEIRO, I. *O sistema de definitude e de referencialidade de uma falante afro-brasileira idosa*. Handout apresentado no V Encontro da ABECs. Salvador, 2010.

RIZZI, L. Null objects in Italian and the theory of *pro*. *Linguistic Inquiry*, v. 17, n. 3, p. 501-557, 1986.

ROBERTS, I. Creoles, markedness and the Language Bioprogram Hypothesis. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 19, p. 11-24, 1997.

ROBERTS, I. *A deletion analysis of null subjects: French as a case study*. Unpublished ms.: University of Cambridge, 2007. 66 p.

SPEAS, M. Economy, agreement and the representation of null arguments. In: Ackema, P.; Brandt, P.; Schoorlemmer, M.; Weerman, F. (eds.) *Arguments and agreement*. Oxford: OUP, 2006. p. 35-75.

Data de envio: 30/09/2013

Data de aceite: 03/02/2014

Data de publicação: 21/07/2014